JULIA MARTINS TIVERON

**O papel da governança global na reconfiguração do direito no
horizonte da modernidade reflexiva**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientador: Prof. Dr. Orlando Villas Bôas Filho.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2019**

JULIA MARTINS TIVERON

**O papel da governança global na reconfiguração do direito no
horizonte da modernidade reflexiva**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob orientação do Prof. Dr. Orlando Villas Bôas Filho.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2019**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**

Tiveron, Julia Martins

O papel da governança global na reconfiguração do direito no horizonte da modernidade reflexiva / Julia Martins Tiveron. – São Paulo: USP / Faculdade de Direito, 2019.
310 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito,
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.
Orientador: Orlando Villas Bôas Filho.

1. Modernidade reflexiva. 2. Estado-nação. 4. Governança Global. 4. Tomada de
Decisão Jurídica. I. Villas Bôas Filho, Orlando, orient. II. Título.

Nome: TIVERON, Julia Martins.

Título: O papel da governança global na reconfiguração do direito no horizonte da modernidade reflexiva

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Filosofia e Teoria Geral do Direito, sob orientação do Prof. Dr. Orlando Villas Bôas Filho.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Orlando Villas Bôas Filho – Universidade de São Paulo (Orientador)

Prof. Dr. – Instituição (Banca Examinadora)

Prof. Dr. – Instituição (Banca Examinadora)

Prof. Dr. – Instituição (Banca Examinadora)

A meus pais.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas acompanharam o processo de evolução desse trabalho e devo muito a todas elas. Deixo meus agradecimentos especiais ao meu orientador, Prof. Dr. Orlando Villas Bôas Filho, pela oportunidade e inspiração e orientação. E aos colegas Vinicius Azevedo, Márcia Aparecida da Silva Annunciato e Daniel Fideles Steinberg cujas contribuições em muito ajudaram o desenvolvimento dessa pesquisa.

TIVERON, Julia Martins. O papel da governança global na reconfiguração do direito no horizonte da modernidade reflexiva. 2019. 310 p. Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMO

Este trabalho dedica-se ao exame de um tema que vem adquirindo centralidade, embora ainda pouco explorado na sociologia jurídica, qual seja: a governança global. O estudo desta instituição é feito sobre o pano de fundo da abordagem teórica de Anthony Giddens sobre a Teoria da Estruturação e a Modernidade Reflexiva. Serve-se também do aporte de autores da sociologia jurídica, tais como Niklas Luhmann e Boaventura de Sousa Santos. A partir do trabalho de Giddens sobre a globalização e a mudança de paradigma sofrida pelos Estados nacionais, busca-se analisar a mudança pela qual esse passou no que diz respeito ao seu papel de ator principal na regulação jurídica. Procura-se com enfoque especial na obra de André-Jean Arnaud realizar uma análise da passagem de uma forma de governo à forma da governança no processo de tomada de decisão complexa, a qual remete a uma nova ordem de produção jurídica que deve ser considerada diante do contexto de alta modernidade. Objetiva-se, portanto, apontar, com base nos autores selecionados, de que forma se dá a interação entre Direito e governança e como essa relação se encaixa no contexto da sociedade globalizada. Acrescenta-se como objetivo dessa pesquisa o desenvolvimento de considerações acerca da contribuição que a teoria sociológica de Giddens pode fornecer ao estudo do Direito com destaque às temáticas aqui analisadas.

Palavras-chave: modernidade reflexiva; Estado-nação; governança global; tomada de decisão jurídica

TIVERON, Julia Martins. The role of global governance in the reconfiguration of law on the horizon of reflective modernity. 2019. 310 p. Master. Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

ABSTRACT

This work is dedicated to the examination of a topic that has acquired centrality, although still little explored in juridical sociology, that is: global governance. The study of this institution is made against the background of the theoretical approach of Anthony Giddens on the Theory of Structuration and Reflexive Modernity. It is also supported by authors of juridical sociology, such as Niklas Luhmann and Boaventura de Sousa Santos. Based on Giddens' work on globalization and the paradigm shift suffered by the national states, the aim is to analyze the change that has taken place in relation to his role as the main actor in legal regulation. A special focus on André-Jean Arnaud's work is to analyze the transition from a form of government to the form of governance in the complex decision-making process, which refers to a new order of legal production that must be considered in the context of high modernity. It is therefore intended to point out, based on the selected authors, how the interaction between Law and governance is and how this relationship fits within the context of globalized society. The aim of this research is still the development of considerations about the contribution that the sociological theory of Giddens can give to the study of Law with emphasis on the themes analyzed here.

Key-words: Reflexive modernity; Nation-state; Global governance; Legal decision-making

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	11
<i>1 APRESENTAÇÃO</i>	27
<i>2 LEITURA DAS TEORIAS DA SOCIEDADE MODERNA E TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO</i>	50
2.1 Uma teoria da ação	52
2.2 Estrutura e propriedades estruturais.....	62
2.3 Sistemas sociais, instituições e princípios estruturais	74
2.4 Notas sobre duas abordagens do sistema jurídico	85
<i>3 A SOCIEDADE MODERNA NA OBRA DE ANTHONY GIDDENS</i>	103
3.1 Sociedade tradicional.....	105
3.2 Sociedade Moderna.....	114
3.3 Ciência e Direito: Modernidade, pós-modernidade e modernidade reflexiva	125
3.4 Risco e confiança no mundo moderno.....	138
<i>4 GLOBALIZAÇÃO E ESTADO-NAÇÃO</i>	147
4.1 Da formação dos Estados nacionais à globalização	148
4.2 Estado-nação e Regulação jurídica: os impactos da globalização.....	165
4.3 A importância do Estado nacional subsiste: a figura do Estado Regulador ...	175
4.4 Crítica aos Dualismos: novos atores e o ressurgimento da sociedade civil....	189
<i>5 A GOVERNANÇA GLOBAL COMO INSTRUMENTO DE REGULAÇÃO JURÍDICA</i>	207
5.1 Produção do direito e governança.....	209
5.2 Do modelo de governo ao modelo de governança.....	221
5.3 Direito e tomada de decisão.....	232
5.4 O papel da governança global na reconfiguração do direito	243

<i>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PAPEL DA GOVERNANÇA GLOBAL NA MODERNIDADE REFLEXIVA</i>	<i>260</i>
<i>CONCLUSÃO</i>	<i>289</i>
<i>REFERÊNCIAS.....</i>	<i>301</i>

INTRODUÇÃO

Um estudo atual das instituições jurídicas, sejam estas tomadas no plano nacional ou internacional, dificilmente poderia ser conduzido sem se levar em conta os mais diversos aspectos que marcam a sociedade nas quais aquelas se inserem. O sistema jurídico, sendo, antes de mais nada, parte de um contexto social, não pode mais ser analisado, ao menos não com uma expectativa exaustiva, sob os critérios de uma teoria pura, que ignore a infinidade de fatores, os quais trabalham conjuntamente com aquele. Parte-se, então, de que qualquer trabalho acerca de um aspecto social não pode ser realizado aparte da sociedade.

Porém, muitas são as formas já concebidas de estudo do tecido social. Existem as tradicionais denominadas humanistas, que colocam o homem como partícula-núcleo da sociedade, outras que passaram a entender a atuação deste como o verdadeiro cerne do social, as teorias da ação e, ainda, aquelas que compreendem não a mera ação, mas a comunicação como a operação realizadora da sociedade. Não obstante, pode-se dizer, sem incorrer em um erro grosseiro, que a noção central da Sociologia amplamente aceita é a “sociedade”.

A Sociologia surge, contudo, com a missão de compreender não qualquer espécie de sociedade, mas um tipo específico, qual seja, a sociedade moderna. A organização social dita “moderna” compreende aquela surgida no contexto europeu do século XVII e que, posteriormente, viu sua influência expandir-se para outras partes do globo. Portanto, não nos cabe aqui o estudo da sociedade nas mais diversas formulações; enfoca-se, em particular, a chamada sociedade moderna, na qual se estruturam as instituições jurídicas e políticas, que serão nosso objeto de estudo.

Em um primeiro momento, o que moveu o desenvolvimento desse trabalho consistiu no interesse pelo estudo das mudanças sociais que sobrevieram do fenômeno a que se denomina “modernidade”. Ao lado dessa questão, a indagação que se apontava consistia em entender que papel ainda exerce – diante desse contexto moderno, especialmente caracterizado pelo fenômeno da globalização – a estrutura política tradicional associada ao Estado-nação. Uma vez que muitos proclamam o fim dessa forma estatal, o que dizer de um Direito que aparece – ao menos conforme nossa formação jurídica tradicional – de forma quase indissociável daquela estrutura política?

Assim, destacam-se como objetivos gerais desta pesquisa: realizar a construção teórica da obra de Anthony Giddens no que toca à sua abordagem da sociedade moderna, a partir dos instrumentos fornecidos por sua Teoria da Estruturação; apontar considerações em torno do contexto social contemporâneo, caracterizado pela interligação global das interações sociais; analisar as influências que estas mudanças em curso exercem sobre a concepção tradicional do regime político estatal e sua função de produção da regulação jurídica – marcada pela positividade e verticalidade; enfocar o papel que o instrumento de gestão denominado “governança global” vem exercendo nesta nova configuração social e, especialmente, como se dá sua relação com o direito em sua forma tradicional. Por fim, pretende-se abordar alguns aportes dos elementos teóricos desenvolvidos por Giddens apresentados que, entende-se, podem contribuir para o estudo do Direito.

Assim, o intuito desse trabalho consiste em se utilizar um instrumental teórico-sociológico, pouco explorado no campo do Direito, para uma tentativa de compreensão das mudanças radicais que o sistema político e o sistema jurídico testemunharam nas últimas décadas. Para a utilização dos conceitos fundamentais desenvolvidos por Giddens, para tratar, especificamente, do Direito, procura-se empregar os aportes fornecidos por autores, que focaram de forma mais detida a Sociologia do Direito, dentre os quais, destacam-se Niklas Luhmann e Boaventura de Sousa Santos. Apesar das perspectivas bastante diversas destes, pretende-se apontar que apresentam preocupações que unem as transformações sociais com as mudanças jurídicas propriamente ditas. A opção por tais autores reforça-se pelos diversos pontos em que suas teses convergem com os elementos contidos na obra de André-Jean Arnaud, a serem enfocados, como evidenciam as abordagens conjuntas realizadas nesse trabalho.

Para a realização do presente estudo emprega-se o método da revisão bibliográfica de obras pertinentes ao tema, centrando-se em autores contemporâneos; com o objetivo de um desenvolvimento crítico do panorama social, político e jurídico no que diz respeito aos conceitos e os institutos abordados. Para tanto, empreende-se uma reconstrução de alguns temas: a teoria social do sociólogo Anthony Giddens, uma abordagem histórica da mudança que o Estado-nação passou a partir de meados do século XX e o pensamento de André-Jean Arnaud acerca do que se denomina “governança”. Entende-se que a síntese dessas

abordagens – uma teoria geral da sociedade, uma reconstrução histórica da organização política e um enfoque socio-jurídico – permite a exposição sob uma perspectiva particular do processo de transformação do Direito que se observa nas últimas décadas.

Diante do objetivo voltado à prática interdisciplinar, são enfocados autores da Sociologia Geral e da Sociologia do Direito. Dessa forma, inicialmente, esse trabalho fundamenta-se de forma predominante nas obras do sociólogo Anthony Giddens, a fim de fazer uma ilustração do tratamento que a “alta modernidade” ou “modernidade reflexiva” recebe em seu conjunto teórico. Aborda-se, para tanto, as obras principais do autor sobre o tema: “Política, Sociologia e Teoria Social”, “A constituição da sociedade”, “As consequências da modernidade” e “Modernização Reflexiva”. Subsidiariamente, pretende-se utilizar autores secundários que interpretaram o conjunto da obra de Giddens – destaca-se a obra “*Relire Giddens: entre sociologie et politique*”, de Wanda Capeller –, ou mesmo, em determinados casos, de autores que dialoguem com o mesmo em vista de tratarem de temas semelhantes. Seve-se, ainda, para o estudo do Direito, de autores de apoio, tais como Niklas Luhmann, Boaventura de Sousa Santos e Alain Supiot, o que se deve ao fato de que desenvolvem importantes trabalhos acerca da sociedade moderna, com abordagens voltadas para a observação do sistema jurídico dentro de suas análises mais amplas.

Em momento posterior do trabalho, segue-se nas considerações acerca da abordagem realizada por Giddens, no que diz respeito às transformações sofridas pelo Estado, nas últimas décadas, especialmente servindo-se de sua obra “O Estado-nação e a violência”. Procura-se, com isso, fornecer um suporte para analisar o contexto histórico que deu origem ao cenário de uma sociedade global e as consequências deste processo para a configuração do Estado nacional. Acrescenta-se, nesta abordagem, a obra de Jacques Chevallier, “O Estado pós-moderno”, que oferece interessantes aportes à temática da instituição do Estado e da regulação jurídica no contexto contemporâneo.

Por fim, ao se analisar o instituto denominado “governança global”, pretende-se enfocar a obra de André-Jean Arnaud, especialmente os livros: “*La governance*”, “Dicionário da Globalização”, “Governar sem fronteiras” e “O Direito entre modernidade e globalização”. Esse autor ofereceu significativa contribuição para a discussão conjunta da abordagem sociológica e jurídica. Sua obra compreende análises de extrema atualidade que

mostram uma visão do Direito atenta às mudanças sociais. Acrescenta-se a essa discussão, como obra de apoio, “Governança sem governo: ordem e transformação da política mundial”, de James Rosenau e Ernst Otto Czempiel.

Este conjunto de obras proposto identifica-se por uma mesma preocupação em analisar o contexto social contemporâneo, de modo especialmente atento à questão das mudanças sociais ocorridas em razão o processo de globalização, tal como este se configura da metade do século XIX até os dias de hoje. Procura-se através dessa seleção conjugar trabalhos predominantemente sociológicos, atentos aos temas da condição moderna e uma instituição política de patente centralidade que é o Estado nacional, com trabalhos cujo Direito aparece como objeto central, sem com isso perder de vista os elementos anteriores. Propõe-se, assim, associar diferentes perspectivas teóricas sob um novo arranjo, com vistas a uma análise própria deste fenômeno contemporâneo que é a governança e sua relação com o sistema jurídico.

A escolha pela abordagem de Anthony Giddens se deu pela razão de se tratar de um teórico que vem observando as mudanças sociais que aconteceram, especialmente, na última metade de século – o que perpassa toda a sua obra –, conforme se evidencia por seus estudos dedicados à mudança no cenário político, após a Guerra Fria – dando origem ao que ficou conhecido como “terceira via” –, aqueles voltados às transformações que resultaram na formação da União Europeia, bem como no que concerne à questão climática. Trata-se ainda de um autor que, tendo produzido uma obra de grande envergadura, concilia um estudo da sociedade como tal com uma abordagem voltada à formulação de uma teoria social, o que se entende consistir também em um fator a mais que contribui para enriquecer sua análise.

Apesar disso, ainda são poucos os trabalhos que se dedicaram ao estudo de sua obra no âmbito da academia brasileira. Esse número se escasseia ainda mais, quando se observa a produção dentro das faculdades de Direito. Uma vez que o autor nunca se voltou ao estudo do Direito, são poucas as referências à sua obra e somente foram encontrados alguns estudos mais aprofundados no campo do Direito¹. Não obstante ele não se dedique ao estudo do

¹ Foram levantados 70 trabalhos no banco de dissertações e teses da Universidade de São Paulo que faziam menção a Anthony Giddens. Dentre esses, apenas 18 abordaram as teorias do autor de forma central na

Direito, trata-se de um teórico que aponta para diversos problemas contemporâneos de diversas dimensões, inclusive relevantes ao Direito.

Dessa forma, o presente trabalho divide-se em seis capítulos, cuja estrutura e o conteúdo do estão dispostos como se descreve:

1. No primeiro capítulo, a título de apresentação, cabe ressaltar que são muitas as leituras que procuram esclarecer o que vem a ser a “modernidade”, tratando-se de um fenômeno multifacetário e, por isso, de difícil definição. Destaca-se que a modernidade é essencialmente vista como uma transição, como uma quebra entre o conhecimento passado, dito tradicional, e um sentimento presente caracterizado pela indeterminação e a incerteza com relação ao futuro. O estudo sociológico busca, portanto, essa reconciliação entre o passado e o futuro.

Aborda-se, então, a evolução da Sociologia para desembocar na constatação da pluralidade de alternativas que aquela vem oferecendo na descrição das mudanças ocorridas, em âmbito global, nas últimas décadas. Com isso, intenciona-se apontar como esse processo de evolução na teoria social marcou também o estudo do Direito, especialmente diante do destaque dado ao “paradigma da modernidade”, no estudo dos fenômenos sociais – inclusive os fenômenos jurídicos.

O estudo da modernidade pode – e deve – ocorrer por diferentes vias, por isso, apresenta-se o tratamento dado à questão por Danilo Martuccelli, quem se serve do conceito de “matriz” para trabalhar as diversas tradições de pensamento acerca da modernidade. Essa classificação é pertinente ao presente trabalho, pois traz as diferenças entre as preocupações e os enfoques de autores distintos que se concentraram nessa temática de interesse, o que permite apontar o devido cuidado que se deve ter ao abordar esses autores de modo conjunto. Esse tratamento conjunto estará por vezes presente nesse trabalho para, principalmente,

condução da pesquisa. Do total de trabalhos encontrados 7 foram desenvolvidos na Faculdade de Direito, sendo que 5 fazem menção apenas lateral ao autor (no corpo do texto) e 2 o abordam de forma mais focada – nesses o nome do autor foi localizado no índice, resumo ou palavras-chave.

proporcionar a passagem que se pretende realizar entre uma teoria geral da Sociologia para abordagens sociojurídicas.

No que se refere à Sociologia Geral, como já se afirmou, optou-se por enfocar a obra de Anthony Giddens, a qual se destaca como uma perspectiva que trabalha a transição de uma “modernidade simples” à chamada “modernidade reflexiva”, que, por suas características, apresenta um potencial para dar conta da complexidade que caracteriza a sociedade contemporânea. Para o referido autor, a sociedade moderna é aquela emergida da ordem pós-feudal e consolidada no século XX – é caracterizada por uma significativa descontinuidade com relação às sociedades anteriores. Ao falar sobre as mudanças advindas com a modernidade, Giddens descreve esta como um fenômeno de dois gumes, pois, ao mesmo tempo que representa o surgimento de novas oportunidades – que se apresentam aos seres humanos como forma de atingirem uma “existência segura e gratificante” –, possui também um lado sombrio. Aponta duas tendências que marcam esta mudança: o dinamismo e a globalização, próprios da sociedade moderna.

Reforce-se que este, como qualquer estudo de um fenômeno tão abrangente e escorregadio, tal qual a modernidade, apresenta-se como uma possibilidade de reinterpretar uma parcela do conhecimento sociológico fornecido pelo autor em questão. Busca-se, com isso, criar um ponto de partida para a análise dos objetos centrais do presente trabalho. Embora Giddens não tenha se dirigido ao estudo do Direito de forma detida, pretende-se, por meio do retrato que esse autor faz da sociedade moderna, associar este aos fenômenos políticos e jurídicos enfocados.

2. A fim de iniciar o estudo da obra de Anthony Giddens, procura-se, no segundo capítulo, apresentar as bases de seu pensamento teórico. Conjuntamente com essa abordagem, aponta-se, na linha da exposição do referido autor, alguns desenvolvimentos de conceitos fundamentais trabalhados por outros autores e outras escolas de pensamento que o antecederam ou que lhe são contemporâneas. Esse resgate de outras abordagens é interessante, à medida que se trata de referências que influenciaram e atuaram como ponto de partida para a teoria desenvolvida por Giddens.

No tratamento dos conceitos entendidos como os mais importantes dentre aqueles desenvolvidos pelo autor, parte-se do estudo de seu conceito de “ação”. Busca-se, com isso, entender os aspectos contidos em sua ideia de “ação humana”, tais como a consciência – prática e discursiva –, o monitoramento reflexivo que o agente – a nível individual e das instituições – exerce sobre suas ações e as dos demais agentes e as chamadas “consequências impremeditadas da ação”. Estas últimas possuem relevância especial em um contexto como o atual, marcado pela alta complexidade.

A intenção de Giddens é apresentar uma teoria que não oponha, como é feito tradicionalmente, os conceitos de ação e estrutura; para tanto, apresenta o que denomina “dualidade da estrutura”. Por meio desta, passa-se a compreender a estrutura tanto por sua forma coercitiva como por seu aspecto habilitador – entendimento que aparece em seu tratamento acerca das “regras” e “recursos”. Assim, em seguida, detém-se no tratamento de seu conceito de “estrutura”, dando destaque ao que ele entende por “propriedades estruturais”.

Segue-se apresentando o conceito de “sistemas sociais” tal como esse é trabalhado pelo autor, em sua estreita relação com o conceito de “estrutura”. Entendendo o primeiro como o conjunto de práticas sociais definíveis e distribuídas no tempo e no espaço, e o segundo como o conjunto de regras e recursos implicados na reprodução dessas práticas sociais, depreende-se que ambos contribuem para o entendimento da reprodução social e da reprodução de sistemas. Essas formas de reprodução, que em grande medida caminham de forma conjunta, representam a própria continuidade das práticas sociais, expressando diferentes escalas de prolongamento da ação individual no espaço e no tempo.

Como pretende-se demonstrar nas partes subsequentes, o tratamento acerca dos fundamentos teóricos de Giddens possui o potencial para servir ao desenvolvimento de uma questão apresentada por ele, que consiste em definir como ocorre o processo de reprodução social e como este se engata à reprodução sistêmica. Entende-se, com o autor, que esses elementos são essenciais para se construir uma abordagem sobre a mudança social. Uma forma de visualizar essa evolução evidencia-se conforme os três modelos de sociedade apresentados pelo autor: “sociedade tribal”, “sociedade dividida em classes” e “sociedade de classes” ou “capitalismo”.

Cada um desses tipos-sociais apresenta diferentes “princípios estruturais” que atuam como conjuntos de características dessas totalidades sociais. Dentre os elementos que se extrai na observação da passagem de um tipo societal a outro, destacam-se: a passagem do predomínio das relações de contextos de co-presença para relações entre ausentes – distanciadas no tempo e no espaço –, e a emergência de um Estado organizado, bem como a posterior formação de um sistema mundial de Estados (no capitalismo moderno). A partir desta abordagem, é que se procura situar as mutações que as instituições jurídicas eleitas para o presente trabalho sofrem na contemporaneidade, marcada, notadamente, pelo fenômeno da globalização.

Para fechar esse segundo capítulo, apresentam-se as linhas gerais da teoria dos sistemas – e mais precisamente do sistema jurídico – desenvolvida por Niklas Luhmann, seguidas pelos elementos adicionais fornecidos pela abordagem de André-Jean Arnaud em sua própria teoria dos sistemas jurídicos. Pretende-se, com isso, introduzir uma abordagem sociológica voltada ao estudo do Direito, a partir da qual se verificam vários pontos de convergência com a Teoria da Estruturação trabalhada nesse capítulo. A partir dessa aproximação indica-se como o Direito atua e qual a sua função na sociedade.

Ademais, a perspectiva sistêmica introduz uma série de conceitos que são úteis, nos capítulos subsequentes, em especial, no que se refere à normatização e à tomada de decisão pelo Direito. Dentre esses, destacam-se os conceitos de “estrutura” e de “função” do Direito tal como são tratados por Luhmann. Acrescente-se, então, as questões trazidas ao debate por André-Jean Arnaud, no tocante ao “pluralismo das fontes do Direito”, tema este que recebe evidência na tematização da governança.

3. Pretende-se nesse trabalho verificar, através das obras selecionadas, ao menos uma parcela do que vem se desenvolvendo em torno das questões propostas. Assim, procura-se abordar alguns aspectos das teorias sociais apresentadas e o seu modo de compreensão e descrição desta realidade denominada modernidade, com especial atenção para o que se compreende por “alta modernidade”, “modernidade reflexiva”, “modernidade radical” ou, ainda, “modernidade avançada”. Notadamente, esta abordagem é realizada no terceiro capítulo, a partir da construção teórica de Anthony Giddens, partindo de sua Teoria da Estruturação.

O objetivo desta análise é criar apontamentos sobre o fenômeno a que se designa por modernidade reflexiva na especificidade dos aspectos desta que influenciam, mais ou menos diretamente, a configuração do mundo contemporâneo, caracterizado pela interligação das diversas interações sociais a nível global. Destacam-se neste ponto as mutações que sofre o Estado-Nação, no contexto da sociedade globalizada da alta modernidade. Essas mutações compreendem uma nova concepção do papel do Estado nacional no exercício da sua soberania e na sua prerrogativa de “dizer o Direito”.

Os dois primeiros tópicos desse capítulo buscam apresentar a passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna, tal como Giddens a descreve. A modernidade é então enfocada, primordialmente, pela mudança que impõe na relação com o espaço e o tempo, especialmente no que se refere à mudança nos contextos de interação; que passam a ocorrer, crescentemente, de forma distanciada no tempo e no espaço. Dessa forma, acentuam-se como características fundamentais da modernidade, na concepção do autor, a globalização e a dinamicidade das mudanças sociais, produzidas pelo grande desenvolvimento tecnológico.

Aponta-se, portanto, três fenômenos característicos da sociedade moderna que estão sendo constantemente intensificados. No que se refere ao “conhecimento gerado sobre o mundo social”, esse é objeto de tratamento mais detido no terceiro tópico desse capítulo. Neste aborda-se a diferença entre o conceito de “modernidade reflexiva” de Anthony Giddens e as leituras tradicionais da “pós-modernidade”.

Sublinha-se, nesse mesmo tópico, a forma pela qual ocorreu a relação entre a Ciência e o Direito na modernidade e como esta relação se altera no contexto atual, que se encontra marcado pela “reflexividade do conhecimento social”, o que muito contribui para a transformação da concepção de direito moderno. Procura-se apresentar, com os aportes fornecidos por Boaventura de Sousa Santos e André-Jean Arnaud, os princípios que conduziram a filosofia jurídica moderna, bem como delinear os princípios que conduzem a formação de um direito próprio da alta modernidade.

Os dois outros fenômenos característicos da sociedade moderna – “a separação e a recombinação de espaço e tempo” e “o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação” – apontam para uma nova relação com o tempo e o espaço. Essa relação,

apresentada por Giddens, impõe a necessidade de “mecanismos de desencaixe”, os quais atuam para sustentar as interações sociais nesse novo contexto, que acontecem em conjunturas cada vez mais distanciadas. O autor aponta dois desses mecanismos: “fichas simbólicas” e “sistemas peritos”.

Assim, no último tópico, servindo-se desses conceitos, busca-se analisar as características do perfil dos riscos próprios a essa sociedade, marcada pela complexidade e pela contingência. Esses problemas afetam diretamente a forma pela qual o sistema jurídico tem contribuído para estabilizar as relações de confiança e como essa relação se altera em um contexto social complexo. A análise de Alain Supiot acerca da evolução do contrato como instrumento de troca generalizadamente aceito – fala-se, então, em um exemplo de “ficha simbólica” – visa colocar o papel que o Estado-nação tem exercido de Garante das convenções e como esse papel é afetado pela globalização e a fragilização das fronteiras.

4. Pretende-se trabalhar, no quarto capítulo dessa pesquisa, alguns temas já levantados pelos primeiros autores que discutiram a globalização, no final do século XIX, que enxergavam como certo que à crescente interconexão global se sucederia um “governo mundial”. Nesse contexto, os Estados nacionais, por vezes, especialmente diante de crises de âmbito global que assolam nossa modernidade, perdem seu poder de convencimento. Vê-se, assim, cada vez mais, decisões sendo tomadas à margem da regulação jurídica estatal.

A economia contemporânea, bem como outras relações no mundo globalizado, segue uma dinâmica própria que não se enquadra mais na lógica dos procedimentos normativos clássicos. Estas relações tornam-se os novos *locus* de tomada de decisão que atuam em uma dimensão de tempo e espaço diversa daquela idealizada para os Estados nacionais. Dessa forma, aparece a tendência para poliarquia, tanto no espaço nacional como naqueles que se encontram aquém e além deste. Assim, a globalização representa uma transformação, tanto na função dos Estados quanto para as fontes de produção normativa e legitimação do Direito.

Diante das mudanças que ocorreram na posição do Estado-nação, como detentor do monopólio da produção normativa e em sua capacidade de cumprir com todas as expectativas de uma reivindicação cada vez mais ampla de direitos sociais, como estas atividades estão sendo desempenhadas no cenário atual? Como o Direito atua em uma

globalização que, sendo econômica, não é política e nem jurídica? Nesta nova ordem, quais os mecanismos jurídicos que aparecem para dar forma às relações jurídicas que são formadas?

Ao tratar dos impactos da globalização sobre a estrutura do Estado-nação, procura-se indicar que esses ocorrem pelos sentidos mais diversos. André-Jean Arnaud afirma que a globalização incide sobre o Estado nacional “a partir de cima” (“*from above*”), “a partir da base” (“*from below*”), “através” (“*through*”), “pelos bordas” (“*alongside*”) e “além” (“*beyond*”). Provenientes dessas diversas origens, os efeitos da globalização podem levar a consequências variadas, no que diz respeito ao Estado, que pode ver-se “revezado”, “suprido” ou “suplantado”.

Objetiva-se, portanto, apontar os diferentes fenômenos que aparecem com a globalização, que levam a situações para as quais a lógica jurídica moderna não está preparada para enfrentar. Verifica-se, assim, o surgimento de formas alternativas de regulação social, que buscam oferecer soluções para os novos problemas. Apesar disso e ainda que se apresentem como uma “transgressão”, essas novas formas não levam ao desaparecimento do Estado nacional ou do Direito estatal.

Em seguida, passa-se a enfocar os novos papéis que o Estado-nação assume, nesse contexto globalizado, no qual deve concorrer com diversos agentes interessados na produção de regulação social e lidar com uma série de questões que ultrapassam seu âmbito de ação. Assim, o Estado reemerge nas figuras do “Estado cidadela”, do “Estado-gendarme”, do “Estado estrategista” e do “Estado Regulador”. Por meio dessas, o Estado recupera sua importância mediante uma nova dinâmica com a sociedade.

Por fim, pretende-se apresentar uma abordagem da ideia de “dualidade integrada” de Anthony Giddens à luz do novo contexto de relação entre as dimensões local e global e entre o Estado e a sociedade civil. Com esta exposição, objetiva-se observar o modo pelo qual a globalização transforma a dinâmica desses dualismos que, nesse cenário, mais do que em qualquer outro, não podem ser tratados como antagonismos. Assim, o processo de globalização traz consigo a integração das diversas dualidades, que foram construídas no pensamento moderno.

5. Dando seguimento, propõe-se, no quinto capítulo, fazer uma leitura dos problemas que surgem para a regulação jurídica dentro desse contexto moderno. A partir de então, analisa-se o fenômeno central deste estudo, que se trata de um objeto que ganha destaque nas análises do contexto global contemporâneo, não obstante careça ainda de tratamento no debate jurídico adequado. Trata-se aqui do que se designa por “governança global”. Neste tema, procura-se abordar, de forma central, as obras de André-Jean Arnaud, o qual partilha da preocupação expressa por Giddens, no sentido de entender o processo de mudança no Estado nacional moderno de forma multidirecional, não apenas como uma perda de protagonismo, mas também tendo em vista os novos papéis que passa a assumir.

Na tentativa de trabalhar essas questões, destaca-se a análise de um instrumento de regulação de um tipo novo: trata-se do fenômeno da governança. Esta, por sua vez, é vista como uma nova via de tomada de decisão que estaria mais apta a se adequar ao cenário da sociedade contemporânea. Difere em muitos aspectos do regime jurídico tradicional baseado nos ideais positivistas de regulação jurídica.

A ambiguidade contida no termo “governança” torna árdua a tarefa de delinear seus contornos conceituais. O sistema de governança implica a conjugação de mecanismos institucionalizados e normatizados de atuação com aspectos de orientação intersubjetiva. Isto decorre justamente da diversidade de atores presentes no cenário mundial que reivindicam a posição de autoridade, abrangendo não somente os Estados nacionais, mas também as organizações internacionais e a sociedade civil.

Deve-se destacar ainda, que se trata de um fenômeno multifacetário, sendo, até mesmo, mais correto falar-se em “governanças”, no plural. Isto porque, como se verifica na abordagem dos mais diversos autores que analisam o tema, trata-se de um fenômeno que se desdobra em âmbitos de ação variados. Assim, na perspectiva de André-Jean Arnaud, falar-se-ia em “governança empresarial”, “governança global”, “governança regional”, “governança nacional” e “governança local”.

Para os fins deste trabalho, pretende-se focar a chamada “governança global”. Esta aparece como aquela prática desenvolvida, especialmente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, que, naquele momento, possuía a finalidade de articular uma forma de gestão das

questões globais, no nível das organizações e agências internacionais. Neste âmbito, diferentemente do que se observava na tradicional concepção de regulação jurídica estatal, caracterizada pela sua verticalidade e positividade, verifica-se a passagem progressiva para um sistema de gestão em “rede” e uma ausência de produção normativa concentrada.

Assim, propõe-se identificar o contexto no qual se desenvolve essa nova forma de regulação, bem como quais são suas características principais. Isto deve ser feito mediante a contraposição dessa com um modelo tradicional de regulação, pautado por um modelo tradicional de Estado nacional. Sobre este plano, o problema proposto é identificar a forma de atuação que a governança global exerce sobre a tomada de decisões de repercussão global, e o que isso significa para a tradicional regulação jurídica estatal.

A temática central escolhida – o tema da governança global – vem adquirindo uma considerável centralidade no debate sociológico acerca do desenvolvimento das instituições, cuja abrangência transpassa o contexto nacional. Sob alguns aspectos, contudo, trata-se de uma questão que não tem sido devidamente debatida no âmbito jurídico, não obstante sua total relevância e pertinência nesse campo. A hipótese de que o fenômeno da governança existiria à margem do sistema jurídico pode ser uma explicação para essa indiferença.

O conceito de governança global ganha destaque a partir dos anos oitenta, no discurso de órgãos como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. É essencialmente caracterizado pela ideia de gestão eficaz, compreendendo uma noção de maior abertura às instituições não estatais e à sociedade civil no processo de tomada de decisões. Assim, trata-se de uma via de atualização das formas de regulação jurídica às necessidades de um novo contexto social global.

Caso se entenda, contudo, que a governança e o Direito apresentam-se como fenômenos indissociáveis, seja pela tendência à juridicização da governança, seja pela influência que exerce nos modos tradicionais de regulação jurídica, torna-se indiscutível a necessidade de uma visão conjunta destes temas. Assim, verifica-se que as questões abordadas são de importância fundamental para o estudo e a compreensão de relevantes temas centrais no debate social e jurídico atual.

Servindo-se dos estudos que vêm sendo produzidos a este respeito, esta pesquisa visa colocar as bases nas quais se apresentam as atuais condições pelas quais a regulação jurídica atua no contexto contemporâneo. Constatando-se as contraposições que figuram nessa forma de regulação, quando comparada a um modelo dito “tradicional”, insere-se na discussão o tema central desta pesquisa. Trata-se, então, de abordar o fenômeno da governança global, nesse cenário marcado por profundas mudanças nos diversos aspectos apresentados.

Pretende-se desenvolver a abordagem do objeto específico escolhido – o fenômeno da governança global no contexto atual – seguindo algumas questões, que se destacam nesse âmbito. Em primeiro lugar, trata-se de delinear o processo pelo qual ocorre essa passagem de um modelo de governo, caracterizado pela centralidade do Estado nacional como instância reguladora dotada de soberania, para um modelo de governança global, com suas formas mais flexíveis de regulação. Nesse ponto, passa-se a enfocar as mudanças que se dão nos processos de tomada de decisão e de regulação jurídica nesse contexto novo: a passagem de um processo de decisão dito “simples” para um modelo correspondente a um processo de decisão de tipo “complexo”.

Esse caminho delineado visa colocar em questão o papel que o instrumento da governança global vem exercendo no processo de reconfiguração do Direito, especialmente na forma como esse exerce uma função de estabilização, até o momento imprescindível. A multiplicidade de perspectivas que este fenômeno da governança compreende aponta para a necessidade de um amplo debate, no qual diversos referenciais podem contribuir para a sua compreensão; sendo esta articulação uma função essencial a ser desempenhada pelo âmbito acadêmico e aqueles que nesse se inserem. Com esta análise, objetiva-se contribuir, mediante a abordagem e o instrumental teórico de autores que exercem um papel relevante no debate sociológico e jurídico atual, para uma questão de profunda atualidade e relevância para o mundo jurídico.

Sublinhe-se que o tratamento destas questões é feito sobre o panorama teórico de uma sociedade compreendida como a radicalização da modernidade, denominada “modernidade reflexiva”, na qual a predominância do risco e da contingência apontam para um cenário sempre incerto e, em grande medida, imprevisível. Nesse contexto, apresenta-se como questão-problema dessa pesquisa a compreensão de como as práticas de governança

global – produto do processo de globalização – vem contribuindo para mudar os modos de regulação jurídica.

6. No capítulo referente às “considerações finais” pretende-se, ainda, verificar em que pontos – sem a pretensão de esgotá-los – os aportes fornecidos pela teoria social de Anthony Giddens podem contribuir para uma análise do modo pelo qual a governança global está atuando para a reconfiguração da regulação jurídica no contexto contemporâneo, com enfoque no âmbito da sociedade global. Embora não tenha se dedicado ao estudo do Direito, entende-se que, com o suporte fornecido pelos demais autores abordados, o arcabouço da Teoria da Estruturação e da Modernidade Reflexiva apresentam um potencial de agregar novos conceitos ao estudo das transformações pelas quais o Direito vem passando.

Em primeiro lugar, intenciona-se apresentar com base na obra que Wanda Capeller destina ao estudo de Giddens a forma pela qual as ideias de “reflexividade do conhecimento social” e do “monitoramento reflexivo institucional” levam a uma teoria social ligada à prática e atenta às mudanças da modernidade avançada. Em seguida, dedica-se atenção à abordagem realizada por Gunter Teubner sobre o “direito reflexivo”, o qual aponta para a autocontenção do sistema jurídico, para o equilíbrio necessário entre função e desempenho e o papel exercido pelo Direito de formular orientações a processos de tomada de decisão a serem realizadas nos demais subsistemas. Como pretende-se indicar, essa abordagem indica semelhanças significativas com a teoria do “monitoramento reflexivo” e da “reprodução sistêmica” de Anthony Giddens.

Em um terceiro momento, objetiva-se destacar, na abordagem de Teubner, o tratamento depreendido por esse ao “direito responsivo” de Nonet e Selznick e, em especial, o entendimento desses autores de que a adaptação do Direito deve se dar por mecanismos de ampliação da participação. Esses autores, conforme pretende-se apontar, reconhecem que as fontes do Direito são múltiplas e, até mesmo, extraestatais. Essa compreensão, favorece a implementação de mecanismos de participação e, como busca-se expor, possui uma afinidade evidente com a ideia de governança.

Pretende-se, ainda, tecer considerações acerca da aplicação da abordagem de Giddens sobre as “regras” e os “recursos” ao estudo do Direito. A mudança proposta por sua

concepção de “dualidade integrada” leva a questões relacionadas ao fenômeno do poder, o qual, por sua vez, também se encontra presente nos debates relacionados à governança. A constatação da dimensão que o tema do “poder” adquire nos mecanismos de governança chama a atenção para os riscos inerentes a essa nova forma de tomada de decisão.

Partindo-se do pressuposto de que cada contexto histórico e social determina a construção do pensamento científico como um todo e especialmente o conhecimento da própria sociedade, vislumbra-se que o cenário que se desvela, nas últimas décadas, representa uma mudança em relação ao paradigma tradicional. Neste sentido, torna-se essencial a configuração de novas bases e novos conceitos aptos a descreverem uma nova realidade. Cabe aos pesquisadores contemporâneos delinearem, mediante a observação de uma nova configuração de sociedade, um novo arcabouço teórico e conceitual apto a esta descrição.

CONCLUSÃO

Nesse trabalho, ganharam destaque, nas discussões desenvolvidas, as mudanças pelas quais o mundo social tem passado, num processo que vem designando-se “modernização”. Como se viu, trata-se de um conceito impreciso, que se presta ao debate, acerca de um amplo espectro de fenômenos. Com uma relação particular com a Sociologia, a modernidade vem sendo focalizada por diversas perspectivas.

Na presente pesquisa, procurou-se abordar uma teoria sociológica contemporânea de grande relevância que busca fazer um amplo diagnóstico do nosso tempo. Entre uma reformulação da teoria social e a análise dos fenômenos contemporâneos, Anthony Giddens fornece um extenso arsenal de conceitos a serem manejados para a discussão das transformações mais importantes pelas quais a sociedade vem passando, desde meados do século passado. No que se refere ao Direito, não se faz diferente.

Embora não tenha abordado o Direito de forma direta, até mesmo afastando a importância da normatividade jurídica no contexto social, Giddens, ao se preocupar com as condições do comportamento social, proporciona ferramentas para o sociólogo do Direito enfocar seus objetos de estudo. Com o intuito de servir-se desse material para tratar do Direito, utilizou-se do aporte de outras teorias da sociedade para, a partir de suas preocupações e perspectivas comuns, abordar a temática propriamente jurídica.

Em um primeiro momento, dedicou-se ao estudo da Teoria da Estruturação, elaborada pelo referido autor, que se concentra no intento de reformular as teorias sociológicas, principalmente na sua tradicional oposição entre ação e estrutura. Preocupado com a dimensão do agente, Giddens desenvolve uma “dualidade integrada”, pela qual as estruturas sociais não são mais vistas unicamente por sua dimensão coercitiva, mas também pelo seu aspecto habilitador. Compreendida tanto por regras quanto por recursos, a estrutura se encontra entrelaçada à ação, sendo aquilo que a torna possível.

Com o propósito de mostrar a potencialidade dessa teoria para o estudo do Direito, procurou-se trabalhá-la de forma associada com a teoria sistêmica, que tem ocupado um lugar privilegiado nas abordagens sociojurídicas. Ao apresentar a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann, pretendeu-se mobilizar uma concepção que, enquanto lança uma teoria

geral da sociedade, também veicula uma abordagem especificamente jurídica. A partir da introdução, ainda que muito superficial, de aspectos que convergem e colidem com a Teoria da Estruturação, fez-se uma breve exposição concentrada no conceito de autorreferência e na função do sistema jurídico.

Em um segundo momento, passou-se ao estudo da Modernidade Reflexiva, especialmente na forma como Anthony Giddens a desenvolveu. Destaca-se que, no que se refere às considerações acerca da caracterização da modernidade reflexiva, no pensamento de Anthony Giddens, que essa se diferencia do conjunto de teorizações produzidas sobre a “pós-modernidade”, fundamentalmente, por entender o momento no qual se encontra a sociedade contemporânea como uma exponenciação, uma radicalização das mudanças que advieram com a modernidade. Nesse contexto, a reflexividade adquire um novo significado, na medida em que possui centralidade no modo como se desenvolve a reprodução social e a reprodução sistêmica (ao nível das instituições).

Essa modernidade reflexiva, ou alta modernidade, conforme se afirmou, é caracterizada por ser uma sociedade definitivamente pós-tradicional. A sociedade tradicional, para Giddens, é marcada por uma relação específica com o espaço e o tempo, que estão necessariamente implicados; a mudança ocorre, nesse contexto, de forma lenta e gradual. Essa sociedade, ligada à ideia de tradição (um “meio organizador da memória coletiva”), caracteriza-se pela ideia de repetição, um “modo de se fazer como foi feito antes”.

A tradição não perde importância com o advento da modernidade, permanecendo ativa em campos pouco atingidos pela influência centralizadora do Estado, contudo, também aparece sob outras formas. Em todo caso, a tradição, nas sociedades tradicionais, funciona para aproximar o espaço-tempo, bem como o passado e o futuro, servindo como um elemento de estabilidade e previsibilidade. Ao mesmo tempo, a sociedade pré-moderna é marcada por tipos específicos de riscos e fontes de insegurança.

Ainda foi dito que, para Giddens, o advento da modernidade se caracteriza de forma marcante pelo distanciamento entre espaço e tempo que é levado a cabo pelo dinamismo e pela globalização. Assim, a sociedade moderna é essencialmente dinâmica, marcada pela mudança, reerindo-se aqui tanto ao “ritmo da mudança” quanto ao “escopo da mudança”. O

autor aponta três processos principais que explicitam o dinamismo da sociedade moderna: “a separação e a recombinação de espaço e tempo”; “o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação”; e “a reflexividade do conhecimento gerado sobre o mundo social”.

No que concerne à separação e recombinação do tempo e espaço, compreendeu-se que a separação (desarticulação ou desencaixe) é o que possibilita a coordenação de ações em um contexto de distanciamento do tempo e espaço e, dessa forma, os processos de conexão entre o local e o global. Essa organização é especificamente moderna e permite, como característica dessa sociedade, o aparecimento de instituições com natureza intrínseca tipicamente moderna, tal qual o Estado-nação. O “desencaixe”, por sua vez, refere-se aos mecanismos que permitem a reordenação das relações que se desenrolam no contexto de distanciamento (relação entre ausentes) e consistem no que se designou por “sistemas peritos” e “fichas simbólicas”.

A participação desses mecanismos nas relações de confiança da modernidade adquire tanto mais importância no contexto da modernidade reflexiva, na qual a relação entre ausentes – que permite e justifica a dimensão institucional da sociedade – se intensifica e demanda meios de estabilização. Conforme se colocou, na alta modernidade a complexidade e a contingência colocam-se com toda a força na dinâmica da sociedade e, com elas, surge um novo perfil de risco com os quais se deve conviver. Assim, procurou-se mostrar que, nas relações sociais, a figura do Estado nacional constituiu-se como uma instância de terceiro garantidor das convenções, como foi visto em seu papel de garante das convenções fundadas na forma contratual.

Em seguida, pretendeu-se apresentar como as mudanças daqueles princípios que caracterizam a modernidade para aqueles que ganham destaque, nesse contexto de modernidade avançada ou reflexiva, fazem-se sentir em duas estruturas fundamentais para a sociedade contemporânea: a Ciência e o Direito. No que toca ao Direito, os princípios modernos, do universalismo, da simplicidade e da segurança veem-se afastados pelos princípios do relativismo, da complexidade e pela ideia de risco. Essa mudança decorre, em grande parte, daquele processo a que se denomina globalização, uma vez que essa, ao lado

da dinamicidade das trocas, possui um papel de destaque na abordagem da alta modernidade de Giddens, o que a torna tanto mais interessante para os objetivos dessa pesquisa.

Desse fenômeno de múltiplos alcances que é a globalização, ganham evidência os efeitos que recaíram sobre a forma política tradicional do Estado nacional. Apontou-se, então, que se trata, quando analisado no contexto histórico de meados do século XX, de um processo paradoxal, pois, no mesmo momento em que se observou o auge da soberania estatal, viu-se o princípio de sua relativização. No entendimento de Giddens, se aquele momento de concertamento entre as nações deu origem aos organismos internacionais, que se tornaram atores e sujeitos ao lado dos Estados, foi também naquele contexto que a soberania nacional adquiriu seu grau mais elevado, decorrente, precisamente, do fato de que diversos países conquistaram o reconhecimento de sua soberania pelos demais – reconhecimento este que, segundo o autor, é fundamental para a consolidação da soberania.

Disso depreendeu-se que não se pode simplesmente afirmar o enfraquecimento do poder dos Estados nacionais, no contexto da globalização, sem outras considerações. Trata-se de um processo mais multiforme do que pode parecer em um primeiro momento. Isso porque, na mesma medida em que passa a rivalizar com outros atores que adquirem relevância, tanto no cenário nacional quanto transnacional, o Estado adquire novos papéis através dos quais se fortalece.

Constatou-se, contudo, que, diante dessas transformações, o Estado nacional não é mais o único ator interessado na regulação social, uma vez que agora, em diversos âmbitos, coexistem com organizações internacionais, com organizações não-governamentais, assim como com outras formas de organização de caráter privado e com diversas outras manifestações da sociedade civil. Esse cenário, no qual concorrem diversos atores, é marcado pela complexidade e pela dinamicidade nas mudanças sociais. Fala-se, então em “policentricidade” para designar esses diversos centros que procuram influenciar a produção normativa.

Em muitos desses centros, a produção normativa não se dá mais pela clássica estrutura designada *top-down*, marcada pela territorialidade, pela autoridade estatal, pela hierarquização e pela verticalidade. A negociação e a contratualização adquirem, em certos

casos, preponderância sobre as clássicas normas gerais, abstratas e impessoais. Os códigos privados desenvolvidos pelas grandes corporações possuem a imperatividade, antes associada aos ordenamentos jurídicos nacionais. Diferentemente da visão tradicional dos direitos nacionais e mesmo do direito internacional, essas novas formas de normatizações implicam a existência de diversos atores que não podem mais ser colocados em uma relação vertical.

O Estado encontra-se, portanto, como se apontou com André-Jean Arnaud, revezado, suprido e suplantado em sua função de produtor do Direito. Ainda com Arnaud, apresentou-se outra classificação que procura indicar os sentidos pelos quais o Estado nacional se vê confrontado por outros atores em razão do processo de globalização. Trata-se da globalização a partir de cima (*“from above”*), globalização a partir da base (*“from below”*), globalização “através” (*“through”*), globalização pelas bordas (*“alongside”*) e globalização “além” (*“beyond”*).

Conforme se colocou, dentre os fenômenos que se sobressaem para contestar o monopólio da regulação jurídica e a soberania do Estado, frisou-se a formação dos blocos regionais, a ascensão de atores transnacionais – que adquirem a capacidade de influir nas decisões tomadas por entes nacionais –, a tendência a processos de delegação – por meio da descentralização, desconcentração e deslocalização –, o crescimento de práticas de políticas públicas, a formação de cartas de conduta e códigos privados, as vias para-judiciárias de solução de litígios, dentre outros. Foi ressaltado também que esse processo de perda de centralidade do Estado-nação foi impulsionado pela relevância que temáticas de dimensão transnacional, que escapam à sua possibilidade de ação, adquiriram no mundo globalizado, tais como os desastres ambientais, a expansão do terrorismo internacional, a atuação do comércio e dos mercados financeiros globais.

Ainda assim, como foi visto, o Estado-nação não é um personagem extinto no cenário contemporâneo. Procurou-se, então, apresentar as formas pelas quais ele ressurgiu na sua atividade de “dizer o Direito”, consubstanciadas nas figuras do “Estado-cidadela”, “Estado-gendarme”, “Estado estrategista” e “Estado regulador”. Pelos contornos deste último, o Estado nacional transforma sua atuação na produção jurídica e passa a exercer menos o papel de um “controlador” e mais o de “harmonizador” dos interesses em conflito.

Dessa forma, seguindo na tentativa de apontar como a Teoria da Estruturação de Anthony Giddens pode contribuir para a análise sociojurídica, abordou-se a sua crítica aos dualismos perpetuados nas ciências sociais. Em primeiro lugar, o estudo da globalização permite atualizar a relação que existe entre o “local” e o “global”, de modo a salientar o entrelaçamento de ambos e chamar a atenção aos diversos níveis intermediários. Em segundo, tratou-se de destacar a superação que vem acentuando-se na dualidade entre Estado e sociedade civil.

Conforme se procurou indicar, essa separação construiu-se em grande parte fundada em pressupostos fictícios, pois as duas entidades nunca foram realmente opostas. No contexto contemporâneo, vê-se a sociedade civil reclamando uma maior participação na vida pública e, assim, na produção da regulação social. Essa nova forma de participação deveria transcender a tradicional representatividade para, ao lado desta, conjugar elementos de participação direta nas decisões.

Diante da perda de capacidade da forma jurídica tradicional de estabilizar as relações nesse contexto de complexidade, indicou-se novas expressões que procuram dar conta dessa realidade. Nessa tentativa de abarcar as novas formas de regulação social, desponta-se o instrumental fornecido pela ideia de governança. Esta procura, através de novos meios de organização, abranger a participação desses diversos atores que ganham destaque.

Nesse sentido, abordou-se o tema da governança, a partir da sua distinção com relação a uma “regulação jurídica tradicional” e pela delineação de suas características conceituais. Tratando-se de um conceito de difícil definição e que abarca uma série de fenômenos, expôs-se que se deve compreender a governança como uma manifestação plural, pois é capaz de assumir diversas formas a depender de seu propósito, dos atores que a praticam, do seu lugar de surgimento, do contexto em que opera, do nível em que se situa e do campo a que é chamada a administrar. Assim, elegeu-se para o enfoque da presente pesquisa aquela que se denomina “governança global”.

A governança global aparece na adoção de medidas originalmente desenvolvidas no âmbito empresarial por entidades internacionais, as quais pregavam pela transparência, pela eficiência e pela ação coordenada. Ela compreende, como foi dito, um meio de solução de

problemas advindos do novo contexto global, que escapam ao âmbito de ação exclusivo dos Estados nacionais. A governança a nível global, portanto, concebe a produção de um “modelo de regulação global” que serviria para gerenciar as relações internacionais, mediante a participação de diversos atores até então pouco presentes na tradicional regulação jurídica internacional, tais como as ONGs, os movimentos da sociedade civil e o mercado de capitais global.

Como se buscou demonstrar, a atuação tradicional do Estado fundava-se no modelo de “governo”, caracterizado pela presença da soberania, o monopólio da produção do Direito, em suma, pela assimetria, desigualdade, unilateralidade e hierarquia. A ideia de governança, por sua vez, não se confunde com a de governo, pois representa uma articulação horizontal e rizomática entre atores que vão além dos Estados nacionais. Trata-se, portanto, conforme foi abordado, de uma mudança nos modelos de exercício da autoridade, que passa a ser uma “autoridade compartilhada”, voltada à gestão de questões globais.

Procurou-se apresentar as práticas de governança como uma reconfiguração do processo de tomada de decisão pelo sistema jurídico, por meio da qual este se abre à intervenção de outros atores distintos da tradicional autoridade estatal. No tratamento da questão da decisão jurídica, resgatou-se a abordagem anteriormente introduzida da teoria sistêmica de Niklas Luhmann em razão de sua afinidade com a abordagem de André-Jean Arnaud, que serviu de base para todo o tratamento da temática da governança. Arnaud, como se constatou, também desenvolveu uma teoria do “sistema de tomada de decisão jurídica” e, seguindo suas formulações, indicou-se como esse, sob os preceitos da governança, passa de um sistema “simples” para um sistema “complexo”.

Conforme se descreveu, em uma concepção moderna do Direito, o processo de tomada de decisão ainda é relativamente simples, no qual prevalece o princípio do *one best way*, ou da “melhor escolha possível”. Trata-se de um processo de decisão pautado pelo princípio da “otimização”, pelo qual, diante da impossibilidade de se reunir todos os elementos necessários, fica limitado à escolha do “menos desfavorável”. A desvantagem apresentada por tal regime de decisão consiste, principalmente, no fato de não permitir qualquer intervenção de fontes externas ao tomador de decisões, o que pode levar a resultados desfavoráveis no momento de sua reinserção na sociedade.

Nesse novo modelo de decisão, o tomador de decisão tradicional, associado à ideia de governo não é retirado do processo, contudo, não mais será o agente todo-poderoso que decide de forma soberana, sem a devida abertura à manifestação da sociedade. Inspirada nos princípios da governança de empresa, pertencente à cultura anglo-saxã, a governança, como modelo de tomada de decisão, produz uma revitalização no que se refere ao processo de produção do Direito.

Através da abordagem sistêmica, procurou-se esclarecer o modo pelo qual deve ocorrer esse novo modelo de tomada de decisão identificado com a governança. Ao tomar-se o processo de decisão jurídica como um sistema dentro do sistema jurídico, delineou-se, dentro do sistema de decisão, os diversos subsistemas pelos quais se deve transitar, partindo da reconstrução do problema para chegar na proposição de um plano de ação. A governança traz, como se demonstrou, um arranjo mais complexo, que pretende dar conta dessa pluralidade de forma a estabelecer recursividades que permitam a constante troca de informações entre as diversas partes envolvidas, o que levaria à ampliação da capacidade de aprendizagem do sistema de decisão.

Ao tratar da questão de como a governança global atua na reconfiguração do Direito, apresentou-se, segundo a abordagem desenvolvida por Jacques Chevallier, três formas de interrelação: a governança existindo à margem do Direito, o Direito influenciando nas práticas da governança e a governança transformando o Direito. Em relação à primeira possibilidade, viu-se que a governança, por suas características particulares, dividiria espaço com as formas jurídicas tradicionais onde essa não se fizesse presente. Tratar-se-ia de outro estilo de ação pública, qualificado por formas mais flexíveis e coletivas de tomada de decisões.

Por outro lado, como se procurou demonstrar, a falta de um ambiente institucional pode inviabilizar as práticas de governança e, em razão da ausência desse amparo, esta pode exercer mal sua função. Assim, como foi dito, para atribuir maior segurança às decisões tomadas pela via da governança, esta sujeita-se à institucionalização pelos mecanismos do Direito, dá-se, então, a “juridicização da governança”. Os meios mais emblemáticos pelos quais essa ocorre consistem na “procedimentalização” e na “contratualização”.

A terceira hipótese apresentada consistiu nas formas pelas quais a governança vem influir no direito tradicional. Afirmou-se que há que se considerar a qualidade radicalmente distinta da normatividade jurídica que se encontra na concepção de governança, a qual compreende uma “direção jurídica autônoma” e uma “direção jurídica não autoritária” das condutas. O Direito, na contemporaneidade, demanda formas alternativas de legitimação para se fazer eficaz e, conforme apontado, essas vias passam pela abertura para a participação de atores interessados na produção normativa.

Portanto, enfatizou-se que, seja visando à eficácia ou à legitimação por meio de uma concepção de democracia mais ampla, a produção jurídica obedece, crescentemente, às exigências de uma decisão negociada. Nesse sentido, a distinção entre ato unilateral e contratual obscurece-se, gerando formas híbridas de tomada de decisão jurídica. Por essas vias, as práticas de governança mudam tanto o conteúdo quanto a forma das regras jurídicas.

Não se pretendeu, com isso, decretar o fim do Direito em sua concepção moderna, mas, tão somente, procurar expor como a governança penetra no campo jurídico influenciando seu modo de funcionamento. A fim de responder às demandas de uma sociedade civil mais presente e diante de problemas que assumem um caráter complexo, a governança é proposta pelos autores analisados como uma atualização do processo de tomada de decisão pelo Direito. Mais apta a compreender uma sociedade pluralista e horizontal, a governança aparece como uma forma de articulação entre os diversos atores que lidam com racionalidades distintas.

Por fim, nas considerações finais da presente pesquisa, procurou-se indicar alguns temas para aprofundamento, no que se refere à mobilização da Teoria da Estruturação e da Modernidade Reflexiva de Anthony Giddens, para o estudo do Direito. Para tanto, em primeiro lugar, abordou-se os conceitos de “reflexividade do conhecimento social” e de “monitoramento reflexivo das instituições”, por meio dos quais o autor destaca o papel crítico e prático que a teoria social no contexto da modernidade reflexiva deve apresentar. Acrescentou-se a isso a preocupação apresentada por ele, diante do contexto da globalização, da criação de mecanismos de emancipação da participação política.

Em seguida, introduziu-se algumas considerações sobre a tese desenvolvida por Gunther Teubner acerca de seu “Direito Reflexivo”. Esse autor procura conciliar algumas abordagens neoevolucionistas preocupadas em compreender a exaustão do Estado de Bem-Estar e as transformações pelas quais a regulação pelo Direito passou como consequência. Ao apresentar os aspectos reflexivos contidos na teoria do “Direito Responsivo” de Nonet e Selznick, Teubner chama a atenção para a necessidade de novos arranjos institucionais que permitam tornar o Direito apto a responder às demandas da sociedade.

Tratou-se da relação que há entre a função do Direito de produzir generalizações congruentes que estabilizam expectativas com a regulação pelo Direito sobre os demais subsistemas. Entendeu-se que, pela teoria sistêmica, o sistema jurídico – cognitivamente aberto e operacionalmente fechado – somente pode produzir autorregulações que ensejem autorregulações próprias dos demais sistemas. Conforme exposto, para Teubner, a complexificação da sociedade demanda uma adaptação dos seus subsistemas por meio de três etapas: variação, seleção e estabilização; em uma sociedade complexa, por sua vez, o direito positivo é levado a uma superprodução de normas.

Assim, o direito positivo moderno, ainda que possua sofisticados mecanismos de seleção, não é capaz de ser igualmente eficaz na estabilização de suas estruturas. Por ser demasiadamente rígido, o sistema jurídico moderno adapta-se mal à sua realidade, em razão de sua pouca disposição à aprendizagem. O dilema da inclusão da ampliação da participação da sociedade na produção do Direito se coloca no paradoxo entre fechamento e abertura, entre coerência interna e capacidade de aprendizagem.

Ao aproximar tal abordagem com a obra de Giddens, procurou-se demonstrar o potencial que esta apresenta para o tratamento do Direito, especialmente no que se refere à sua formulação quanto à reprodução de sistemas. Para o autor, em um contexto de modernidade radicalizada, o monitoramento reflexivo, tanto em nível dos agentes quanto das instituições, adquire uma intensidade relevante, principalmente em decorrência do que ele chama de “reflexividade do conhecimento”. O fluxo de informações exacerbado pela revolução tecnológica e pela globalização faz da sociedade uma realidade dinâmica, na qual tanto torna-se difícil prever os resultados das ações como as opções em si são multiplicadas.

Assim, entendeu-se que a constituição de “padrões comuns” é necessária para a manutenção das interações sociais e das relações de confiança, sobre as quais o Direito exerce um papel fundamental. No entanto, como foi visto, o Direito, em sua feição moderna, responde mal a muitos dos problemas que se apresentam atualmente e faz-se necessária sua adaptação. Se para Teubner e Luhmann a solução deve ocorrer pela constituição de mecanismos de autorrestrrição do sistema jurídico, Nonet e Selznick apontam para a ampliação das vias de participação e para redesenhos institucionais que garantam a representação adequada dos interesses envolvidos.

Colocou-se, portanto, na linha do direito reflexivo, a necessidade de o Direito desenvolver mecanismos reflexivos que permitam estabelecer restrições à ação do Estado e, ao mesmo tempo, abrir-se a outros atores que já participam, de alguma forma, da produção jurídica. A participação desses atores, contudo, não pode ser vista sem que se considere a dinâmica que se desenvolve entre estes e, em especial, as assimetrias inevitáveis. Assim, procurou-se trabalhar, na linguagem da Teoria da Estruturação, de que maneira esse novo arranjo estrutural – que compreende as “regras” e os “recursos”, que habilitam a ação – deve proporcionar a distribuição dos meios necessários à ampla participação, de modo que reconfigurem as relações de autoridade.

Entendeu-se, com André-Jean Arnaud, que esse novo arranjo ocorre pelas práticas propostas pela “governança” a qual, entretanto, está necessariamente envolvida na questão do poder e sua distribuição. Na medida em que lida com relações de poder, relações essas forçosamente assimétricas, essa nova forma não aparece sem trazer consigo uma série de riscos que devem ser considerados. Nesse sentido, destacou-se os desafios apresentados à democracia, diante das suas implicações em questões que dizem respeito a como assegurar a simetria da participação e a legitimidade das decisões tomadas.

Os riscos contidos na concretização da governança, que podem ser evidenciados pelas críticas dirigidas às práticas da “governança global”, não eliminam os potenciais contidos em uma análise pelo instrumental da governança. No entender de André-Jean Arnaud, tais limitações se dão pela ausência do desenvolvimento de uma “teoria da governança” que seja capaz de descrever o contexto atual.

Dessa forma, apresenta-se a possibilidade de uma perspectiva particular que conjugue considerações sobre a governança – tal como foram desenvolvidas por André-Jean Arnaud –, com uma teoria crítica, que foi proposta por Anthony Giddens. Ambas pretendem dar ênfase à complexidade e à contingência que perpassam o momento atual da sociedade moderna, bem como procuram afastar-se das oposições tradicionalmente consolidadas nas ciências sociais. Entende-se, como pretendeu-se demonstrar, que tais construções possuem o potencial de fornecer aportes ao estudo da relação entre o Direito tradicional e as formas de regulação que ganham destaque na contemporaneidade sem perder de vista que essa análise deve se desenvolver dentro de uma teoria da modernidade – ainda em construção – que seja apta a interpretar a sociedade atual.

REFERÊNCIAS

ARNAUD, André-Jean. **De la regulation par le droit à l'heure de la globalisation. Quelques observations critiques.** *Droit et société*, Paris, n.35, p. 11-35, 1997. Disponível em : < https://www.persee.fr/doc/dreso_0769-3362_1997_num_35_1_1395 >. Acesso em : 24 de novembro de 2018.

_____. **O Direito Entre Modernidade e Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1999.

_____. Prefácio. *In:* ARNAUD, André-Jean; ARNAUD, André-Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Dicionário da Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2006.

_____. Decisão (Tomada de –). *In:* ARNAUD, André-Jean; ARNAUD, André-Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Dicionário da Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, p. 114-119, 2006.

_____. Globalização. *In:* ARNAUD, André-Jean; ARNAUD, André-Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Dicionário da Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, p. 221-227, 2006.

_____. Policentricidade. *In:* ARNAUD, André-Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Dicionário da Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, p. 346-347, 2006.

_____. **Governar Sem Fronteiras:** Entre Globalização e Pós-globalização. Crítica da Razão Jurídica, v. 2. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2007.

_____. **La gouvernance.** Un outil de participation. Paris: Droit & Société LGDJ – lextenso éditions, 2014.

ARNAUD, André-Jean; DULCE, Maria José Farinas. **Introdução à análise sociológica dos sistemas jurídicos.** Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARON, Catherine. **La gouvernance: débats autour d'un concept polysémique.** *Droit et Société*, Paris, v. 54 n. 2, p. 329-349, 2003. Disponível em : < <https://www.cairn.info/revue-droit-et-societe1-2003-2-page-329.htm> >. Acesso em: 20 de julho de 2018.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. p. 11-88. *In:* GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. **Modernização Reflexiva.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BENEDETTI, Juliana Cardoso. **Tão próximos, tão distantes:** a Justiça Restaurativa entre comunidade e sociedade. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de

Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: < http://dedalus.usp.br/F/8J426ABS7DPQ7T5LU4G815G18GQL2YCDLBTIUDYVEFY4KRTIU3-27316?func=full-set-set&set_number=014638&set_entry=000001&format=999 >. Acesso em: 06 de junho de 2017.

BERTHELOT, Jean Michel. **Os novos desafios epistemológicos da sociologia. *Sociologia, problemas e práticas***, Oeiras, n. 33, p. 111-131, set. 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n33/n33a05.pdf> >. Acesso em: 22 de novembro de 2018.

CADAVID, Carolina de Freitas; CARDOSO, Érika Patino; PINHEIRO, Flávia de Campos; SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio. Soberania. In: ARNAUD, André-Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho (org.). **Dicionário da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, p. 412-414, 2006.

CAETANO, João Carlos Relvão; JACQUINET, Marc. Direito (Produção do –). In: ARNAUD, André-Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho (org.). **Dicionário da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, p. 157-160, 2006.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Direito e democracia**. Indaiatuba-SP: Editora Max Limonad, 1997.

_____. **Política, sistema jurídico e decisão judicial**. São Paulo: Saraiva, 2011a.

_____. **O direito na sociedade complexa**. São Paulo: Saraiva, 2011b.

CAPELLER, Wanda; SIMOULIN, Vincent. **La gouvernance : du programme de recherche à la transdisciplinarité. Présentation. *Droit et société***, Paris, n. 54, p. 301-305, 2003/2. Disponível em : < <https://www.cairn.info/revue-droit-et-societe1-2003-2-page-301.htm> >. Acesso em : 24 de novembro de 2018.

CAPELLER, Wanda. **Relire Giddens: entre sociologie et politique**. Collection Droit et soieté. Paris: Lextenso Éditions, 2011.

CHEVALLIER, Jacques. **La régulation juridique en question. *Droit et société***, Paris, n. 49, p. 827-846, 2001/3. Disponível em : < https://www.cairn.info/revue-droit-et-societe1-2001-3-page-827.htm?try_download=1 >. Acesso em : 24 de novembro de 2018.

_____. **La gouvernance, un nouveau paradigme étatique ? *Revue française d'administration publique***, Paris, n. 105-106, p. 203-217, 2003/1. Disponível em : < <https://www.cairn.info/revue-francaise-d-administration-publique-2003-1-page-203.htm?contenu=resume> >. Acesso em : 24 de novembro de 2018.

_____. **L'état régulateur. *Revue française d'administration publique***, Paris, n. 111, p. 473-482, 2004/3. Disponível em : < <https://www.cairn.info/revue-francaise-d-administration-publique-2004-3-page-473.htm?contenu=resume> >. Acesso em : 24 de novembro de 2018.

_____. **A governança e o direito.** *Revista de Direito Público da Economia* (RDPE), v. 3 n. 12, Belo Horizonte: Editora Fórum, p. 129-131, 2005.

_____. **O Estado pós-moderno.** Belo Horizonte: Fórum, 2009.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado:** pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

COHN, Gabriel. **As diferenças finais: de Simmel a Luhmann.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38, São Paulo, p. 57-67, out. 1998. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n38/38cohn.pdf> >. Acesso em: 15 de junho de 2017.

COSTA, Sérgio. **Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva.** *Tempo Social*, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 73-100, nov. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a04.pdf> >. Acesso em: 30 de maio de 2017.

DELPLANQUE, Marc. Governança Global. In: ARNAUD, André-Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho (org.). **Dicionário da Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, p. 237-241, 2006.

DURHAM, Eunice Ribeiro (coord.). **Antropologia – Malinowski.** São Paulo: Editora Ática, 1986.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FARIA, José Eduardo. **O Direito na Economia Globalizada.** São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. **O Estado e o Direito depois da crise.** São Paulo: Saraiva, 2011.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora Unesp, 1991.

_____. **O Estado-nação e a violência.** São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Política, sociologia e teoria social.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional, p. 89-166. In: GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. **Modernização Reflexiva.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

_____. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais de sociologia.** São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GONÇALVES, Guilherme Figueiredo Leite; FONSECA, Márcio Alves da. *In*: ARNAUD, André-Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho (org.). **Dicionário da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, p. 229-232, 2006.

GOSS, Karine Pereira. **As correntes interacionistas e a sua repercussão nas teorias de Anthony Giddens e Bruno Latour**. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo-RS v. 42, n. 3, p. 153-162, set./dez. 2006. Disponível em: < http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6029 >. Acesso em: 4 de julho de 2017.

JESSOP, Bob. **Narrating the future of the national economy and the national state?** Remarks on re-mapping regulation and re-inventing governance. *Online Paper*, Lancaster: Lancaster University Press, 2003. Disponível em: < <http://www.lancaster.ac.uk/fass/resources/sociology-online-papers/papers/jessop-narrating-the-future.pdf> >. Acesso em: 27 de julho de 2018. Publicação original: JESSOP, Bob. *Narrating the future of the national economy and the national state? Remarks on re-mapping regulation and re-inventing governance*. *In*: STEINMETZ, George (Ed.). *State/Culture: state-formation after cultural turn*. Ithaca; Londres: Cornell University Press, p. 378-406, 1999.

KATAKOA, Eduardo Takami. Direito (Produção do –). *In*: ARNAUD, André-Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho (org.). **Dicionário da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, p. 152-156, 2006.

KOERNER, Andrei. Direito. *In*: ARNAUD, André-Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho (org.). **Dicionário da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, p. 144-152, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945/1084> >. Acesso em: 2 de julho de 2017.

_____. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2013.

LOSANO, Mario G. **Sistema e estrutura no direito**. v. 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.

LOYAL, Steven. **The sociology of Anthony Giddens**. London; Sterling, Virginia: Pluto Press, 2003.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do Direito I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

_____. **Por que uma teoria dos sistemas?** *In*: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa (org.). *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Editora UFRGS; Goethe-Institut, p. 37-48, 1997.

_____. **Novos desenvolvimentos na teoria dos sistemas.** In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa (org.). *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas.* Porto Alegre: Editora UFRGS; Goethe-Institut, p. 49-59, 1997.

_____. **Sobre os fundamentos teórico-sistêmicos da teoria da sociedade.** In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa (org.). *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas.* Porto Alegre: Editora UFRGS; Goethe-Institut, p. 60-74, 1997.

_____. **O conceito de sociedade.** In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa (org.). *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas.* Porto Alegre: Editora UFRGS; Goethe-Institut, p. 75-91, 1997.

_____. **A Restituição do Décimo Segundo Camelo:** do Sentido de uma Análise Sociológica do Direito. In: ARNAUD, André-Jean; LOPES JR., Dalmir (org.). *Niklas Luhmann: Do Sistema Social à Sociologia Jurídica.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

_____. **Sistemas sociais:** esboço de uma teoria geral. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2016a.

_____. **O direito da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2016b.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **A racionalização das tradições na modernidade:** o diálogo entre Anthony Giddens e Jürgen Habermas. *Trans/Form/Ação*, Marília-SP, v. 36, p. 245-258, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/trans/v36nspe/15.pdf> >. Acesso em: 30 de maio de 2017.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e Costume na Sociedade Selvagem.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

MARTUCCELLI, Danilo. **Sociologías de la Modernidad.** Itinerario del siglo XX. Santiago: LOM ediciones, 2013.

MATTEI, Ugo; NADER, Laura. **Pilhagem.** Quando o Estado de Direito é ilegal. São Paulo: Martinsfontes, 2013.

MELATTI, Julio Cezar (coord.). **Antropologia – Radcliffe-Brown.** São Paulo: Editora Ática, 1978.

MORAES, Maria Celina Bodin de; CORSI, Giancarlo. Estado. In: ARNAUD, André-Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho (org.). **Dicionário da Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, p. 194-198, 2006.

ORTIZ, Laure. Préface. In: ARNAUD, André-Jean. **La gouvernance.** Un outil de participation. Paris : Droit & Société LGDJ – lextenso éditions, 2014.

PARSONS, Talcott. **Sociedades:** perspectivas evolutivas e comparativas. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.

PETERS, Gabriel. **Anthony Giddens entre a hermenêutica e a crítica**: o status do conhecimento de senso comum na teoria da estruturação. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 21, n. 2, p.168-194, 2014. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/97218/96267> >. Acesso em: 30 de maio de 2017.

PUCCI, Rafael Diniz. **Governança ambiental e sistema financeiro internacional**: significantes e significados de complexa comunicação na agenda contemporânea. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. São Paulo, v. 110, p. 641-673, jan./dez. 2015. Disponível em : < <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/115508> >. Acesso em : 24 de novembro de 2018.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de Clássicos**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **Estrutura e Função na Sociedade Primitiva**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1973.

RIBEIRO DA SILVA, Fábio Rodrigues. **Entre a epistemologia e a ontologia**: a teoria da estruturação de Anthony Giddens. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo. v. 26, n. 2, p. 123-136, nov. 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000200008 >. Acesso em: 18 de abril de 2017.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial, pp. 11-46 *In*: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst Otto (org.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada**. Vozes: Petrópolis, 1997.

SCABIN, Flávia; SANT'ANNA, Lucas de Moraes Cassiano. Governo. *In*: ARNAUD, André-Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho (org.). **Dicionário da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, p. 241-246, 2006.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Ferdinand Tönnies**: comunidad y sociedad. *Signos filosóficos* [online], México, v. XIII, n. 26, p. 43-62, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-13242011000200003 >. Acesso em: 24 de novembro de 2018.

SCHUARTZ, Luiz Fernando. Norma. *In*: ARNAUD, André-Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho (org.). **Dicionário da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, p. 314-318, 2006.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMOULIN, Vincent. **La gouvernance et l'action publique: le succès d'une forme simmélienne.** *Droit et Société*. Paris, n. 54, p. 307-326, 2003/2. Disponível em : < https://www.cairn.info/revue-droit-et-societe1-2003-2-page-307.htm?try_download=1 >. Acesso em : 24 de novembro de 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. – Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. v. 1. São Paulo: Cortez, 2011.

SPERBER, Dan. **O saber dos antropólogos.** Rio de Janeiro: Edições 70, 1992.

_____. **Estruturalismo e Antropologia.** São Paulo: Editora Cultrix, 1970(?).

STREECK, Wolfgang. **As crises do capitalismo democrático.** Traduzido por: Alexandre Morales. *Dossiê crise global – CEBRAP* [online]. n. 92, p. 35-56, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n92/n92a04.pdf> >. Acesso em: 27 de julho de 2018. Publicação original: STREECK, Wolfgang. The crises of democratic capitalism. *New Left Review*, n. 71, Florença: European University Institute, p. 5-29, 2011.

SUPIOT, Alain. **Homo juridicus.** Ensaio sobre a função antropológica do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TADESCO, João Carlos. **Georg Simmel e as ambiguidades da modernidade.** *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo-RS, v. 43, n. 1, jan./abr., p. 57-67, 2007. Disponível em: < http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/5648/0 >. Acesso em: 6 de junho de 2017.

TEUBNER, Gunther. **Substantive and reflexive elements in modern law.** *Law & Society Review* [online], v. 17, n. 2, pp. 239-285, 1983. Disponível em : < https://www.researchgate.net/publication/228263637_Substantive_and_Reflexive_Elements_in_Modern_Law >. Acesso em : 24 de novembro de 2018.

_____. **O direito como sistema autopoietico.** Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 1993.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y sociedad.** Buenos Aires: Editorial Losada, S.A., 1947.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. **A constituição do campo de análise e pesquisa da antropologia jurídica.** *Prisma Jurídico*, São Paulo, v. 6, p. 333-349, 2007. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93400620> >. Acesso em: 15 de junho de 2017.

_____. **Teoria dos sistemas e o direito brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **A sociologia do direito:** o contraste entre a obra de Émile Durkheim e a de Niklas Luhmann. *Revista Faculdade de Direito Universidade de São Paulo*. São Paulo, v. 105. p. 561-593. jan./dez. 2010a. Disponível em : <

<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67914/70522/> >. Acesso em : 24 de novembro de 2018.

_____. **Juridicidade uma abordagem crítica à monolatria jurídica como obstáculo epistemológico.** *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. São Paulo, v. 109, p. 281-325. Jan./dez. 2014. Disponível em : < <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/89235> >. Acesso em : 24 de novembro de 2018.

_____. **O Direito de qual sociedade?** Os limites da descrição sociológica de Niklas Luhmann acerca do direito a partir da crítica antropológica. In: *Sociologia do direito: teoria e práxis*. Febraro, Alberto; Sousa Lima, Fernando Rister; Pugliesi, Márcio. (org.). 1ed. Curitiba: Juruá Editora, p. 337-366, 2015a.

_____. **A regulação jurídica para além de sua forma ocidental de expressão.** *Direito & Práxis*. Rio de Janeiro, v. 06, n. 12. p. 159-195, 2015b. Disponível em : < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/16050> >. Acesso em : 24 de novembro de 2018.

_____. **A governança em suas múltiplas formas de expressão:** o delineamento conceitual de um fenômeno complexo. *Revista Estudos Institucionais*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 670-706, 2016a. Disponível em : < <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/64> >. Acesso em : 24 de novembro de 2018.

_____. **O impacto da governança sobre a regulação jurídica contemporânea:** uma abordagem a partir de André-Jean Arnaud. *Revista Eletrônica de Direito e Sociologia*, Canoas, v. 4, n. 1, p. 145-171, maio 2016b. Disponível em : < <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/2318-8081.16.16> >. Acesso em: 24 de novembro de 2018.

_____. **As transformações da regulação jurídica na sociedade contemporânea:** a governança como paradigma. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 251-259, jan./abr. 2016c. Disponível em : < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/59462/57853> >. Acesso em: 24 de novembro de 2018.

_____. **André-Jean Arnaud: l'homme derrière l'oeuvre.** *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 112, p. 323-343, jan./dez. 2017. Disponível em : < <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/149488> >. Acesso em: 24 de novembro de 2018.

_____. **Por um delineamento conceitual da complexidade social:** as experiências do Mercosul e do orçamento participativo na análise de André-Jean Arnaud sobre a governança. *Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica*, v. 23, n. 2, p. 491-520, maio/ago. 2018. Disponível em : < <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/13379> >. Acesso em: 24 de novembro de 2018a.

_____. **Uma proposta alternativa de modelização sistêmica para a análise crítica a regulação jurídica:** a perspectiva de André-Jean Arnaud. p. 321-360. *In:* AMATO, Lucas Fucci; BARROS, Marco Antonio Loschiavo Leme de (Orgs.). ***Teoria Crítica dos Sistemas***: crítica, teoria social e direito. Porto Alegre-RS: Editora Fi, 2018b.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

_____. **Economia e Sociedade**. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.